

FERRY, Luc, *A nova ordem ecológica: a árvore, o animal, o homem*. Tradução de Alvaro Cabral. São Paulo: Ensaio, 1994, 193pp. ISBN 85-85669-13-6.

Definitivamente a questão ecológica está na ordem do dia. A razão científica, na idade moderna, começou a pensar a natureza como uma máquina, um mecanismo que, ao ser compreendido, poderia ser dominado e explorado pelo homem indefinidamente. Hoje a natureza está chegando ao seu ponto de exaustão. Em nosso século, sabemos concretamente que os recursos naturais não são inesgotáveis, que nem todos os materiais lançados na natureza se degradam e que é preciso uma urgente mudança de valores no que diz respeito à leitura que temos do mundo natural.

Mas até que ponto esta mudança de valores conseguirá levar em conta o homem e suas conquistas na história? Até que ponto a luta pela ecologia pode nos levar, se nos deixarmos iludir por uma idéia mítica da natureza, a uma atitude de desprezo para com o homem? Conhecemos os excessos que os seres humanos podem cometer em defesa dos seus ideais, mas, apesar disto, o mundo tem sido palco constante de ações destrutivas realizadas em nome de um suposto bem.

São estas algumas das questões discutidas neste livro de Luc Ferry. O autor

inicia seu texto apresentando alguns curiosos processos judiciais movidos por camponeses, nos séculos XVI e XVII, contra certos animais. O juiz designava um advogado de defesa para os animais e, em alguns casos, estes ganhavam a causa e os camponeses eram de alguma forma penalizados. Ferry, com os exemplos citados, levanta a discussão sobre um tema que, segundo ele, tem voltado à cena em nosso século, qual seja: pode-se atribuir aos seres da natureza o estatuto de sujeitos de direito? Teriam, desta forma, direitos e poderiam ser representados por um advogado diante de um tribunal?

Em resposta a estas perguntas podemos recorrer à tradição de pensamento humanista e lembrar a idéia de que o homem, como sujeito pensante e agente, distancia-se da natureza na medida em que cria a cultura. Ora, segundo Ferry, é justamente esta concepção humanista que muitos dos defensores do direito dos seres da natureza acabam negando, pois tendem a ver o homem como um ser no meio de outros seres. Nesta perspectiva, se há alguma coisa a dizer sobre a razão humana é que ela tem sido instrumento de dominação e destruição de uma natureza indefesa diante do desrespeito aos seus direitos.

Mas nem todos os defensores da natureza adotam a postura à qual referimos acima. Ferry distingue três correntes que participam do debate ecológico: a primeira, a menos dogmática, vê a natureza como não sendo porta-

dora de um valor intrínseco e devendo ser defendida para que, em última instância, o próprio homem seja beneficiado. A segunda corrente parte do princípio de que todos os seres passíveis de sentir prazer e dor se encontram iguados do ponto de vista moral. A terceira é a que reivindica o reconhecimento de que a natureza é sujeito de direito.

É necessário frisar que Ferry não se opõe ao debate ecológico. Sua preocupação é com a radicalização de algumas posições dentro do movimento ecológico que, segundo o autor, chegam a propor o extermínio de seres humanos para a preservação da natureza. Ferry aponta nestes movimentos o ódio ao homem e a negação dos ideais democráticos que foram o motor da revolução francesa. Conquistas obtidas a tão duras penas não têm a garantia de sua manutenção por parte dos ecologistas radicais. Segundo o autor, as leis que mais se preocuparam com a defesa do mundo natural foram elaboradas na Alemanha, sob o regime nazista, e isto não implicou num maior amor dos nazistas pelo homem.

O temor de Ferry é que os ecologistas radicais parecem não estabelecer uma distinção entre o homem e o animal. Sem descuidar do fato de que o homem também é um animal, o autor escreve que, diferentemente deste, o homem, como ser de liberdade, afasta-se da natureza e cria o mundo da cultura. Efetivamente, por mais que as pesquisas sobre a inteligência animal nos mostrem que esta é mais complexa do que se pensava, esta capacidade de negar uma plena identificação com o mundo natural só tem sido constatada no homem.

Mas os ecologistas radicais têm, segundo Ferry, sua inspiração filosófica e esta é buscada na filosofia utilitarista de Jeremy Bentham. Conforme Ferry, o utilitarismo parte do princípio de que a bondade ou não de uma ação é medida pela soma de felicidade para um maior

ou menor grupo de pessoas. Assim, um elemento fundamental para se pensar o homem seria a sua capacidade de sentir prazer ou dor. A partir disto não é difícil igualar o homem ao animal pois este também sofre e tem prazer. Segundo este ponto de vista, conforme as análises de Ferry, não seria correto se apoiar na razão humana para estabelecer a diferença entre o homem e o animal porque, se radicalizássemos esta posição, seríamos obrigados a considerar como menos humano um indivíduo com problemas mentais. Se não o fazemos, segundo esta leitura, é porque nos guiamos pelo princípio mais fundamental que reconhece tanto no homem considerado normal quanto no mentalmente perturbado a capacidade de sentir prazer e dor. Ferry discorda destas análises pois elas não levam em consideração que a própria atitude moral do homem diante do sofrimento ou da felicidade está ligada à sua liberdade, à sua capacidade de escolher e criar valores no mundo. É por isto que podemos optar pelo gênero humano e considerar que um doente mental também é um homem.

Ferry comenta também, além de outras questões importantes, o chamado "ecofeminismo", que se constitui da união da ecologia radical e do feminismo e defende que há uma correlação entre a opressão sofrida pelas mulheres e a que atinge a natureza. O autor critica esta perspectiva basicamente no que diz respeito a uma suposta maior identificação que as mulheres teriam com a natureza. Já os homens, segundo as ecofeministas, elegeram a razão e não os sentimentos como eixo de suas vidas. Ferry não acredita nesta luta que, longe de buscar a igualdade de direitos entre homens e mulheres, acaba por deixar as últimas presas nos determinismos do mundo natural.

João Carlos Lino Gomes

ROUSSEAU, Jean-Jacques: *Os devaneios do caminhante solitário*. Tradução, introdução e notas de Fúlvia Maria Luiza Moretto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995, 135 pp. ISBN 85-230-0230-8

Jean-Jacques Rousseau, suíço de língua francesa, músico e escritor, cresceu e educou-se ao sabor das circunstâncias.

Sua doutrina prega a pureza natural do homem, corrompido pela vida em sociedade. Assim, ele clama, em suas obras, por um retorno à virtude primitiva.

O autor que melhor exemplificou o romantismo do Século das Luzes viveu numa Paris sem calçadas e de precária iluminação, anterior à Revolução Industrial. Já naquela época, ele alertava para a destruição dos recursos naturais do planeta e para a solidão de asfalto e concreto do que chamou "a cidade desvairada".

De caminhada em caminhada, Rousseau faz dessa obra um verdadeiro balanço de sua vida, iniciado no outono de 1776 e indo até abril de 1778.

Movido pelo sentimento da solidão expresso desde a primeira frase da obra ("Eis-me, portanto, sozinho na terra..."), o autor volta-se para si mesmo e para o Absoluto; contemplando a natureza, nela se integra na busca da unidade e da perfeição.

E, como um caminhante que parte rumo ao seu destino, Rousseau também parte, abruptamente, nos deixando, porém, com sua obra, o ponto de partida do movimento romântico: a junção do racional ao irracional, da Ciência à fé.

Com essa obra, o leitor poderá usufruir de uma série de ensaios formados por Dez Devaneios que se resumem em Filosofia e identidade.

Essa maneira pessoal de ver o mundo mantém a atualidade de sua obra,

fazendo dela uma leitura enriquecedora para o homem que, dois séculos depois, se vê como Rousseau, voltado para dentro de si mesmo e sozinho na Terra.

Editora UnB

BELLINO, Francesco (org.), *Trattato di Bioetica*, Bari: Levante Editori, 1992. 738 pp. (Col. Ethos, 6).

O tratado, a cargo do Prof. Francesco Bellino, é uma contribuição muito rica para o aperfeiçoamento e aprofundamento científico, filosófico e sistemático dos problemas da bioética. O A. é professor de Filosofia Moral na Universidade de Bari, Itália, e, desde 1987, diretor do Curso de Aperfeiçoamento em Bioética da Universidade de Bari. Membro do Comitê de Redação de diversas revistas filosóficas, como *Il Giornale della Filosofia*, *Problemi di Bioetica* e *Prospettiva Persona*. Autor de numerosos artigos e livros na área da Filosofia.

O tratado em apreço é composto de quase 50 ensaios, oferecendo um quadro amplo e interessante dos problemas atuais da bioética, com radicações metafísicas, reflexões antropológicas e desenvolvimentos éticos concretos. Divide-se em cinco partes:

I. *Pressupostos teóricos e fundamentos*. Teses sobre ciência e a ética (Edgar Morin). A bioética como ética aplicada (Francesco Bellino). Sobre o fundamento da bioética (Lorenzo Leuzzi).

II. *Aspectos epistemológicos*. A doença entre teoria e história (Mauro Di Giandomenico). Sobre o conceito de saúde (Roberto Mordacci). Sobre os fundamentos bioéticos da sociedade humana na ciência da segunda metade do século XX (Valerio Tonini). A medicina como ciência gênese e desenvolvimento na cultura grega (Carla Della Penna). Do conceito de sofrimento ao

conceito de doença: análise de um percurso histórico (Maria A. Giannini). Aspectos bioéticos da medicina holística integrada. Noções de acupuntura e medicina homeopática (Raffaele De Vicienti). Sobre os fundamentos epistemológicos da bioética (Mario Castellana). Epistemologia sistemática e bioética (Maristella Buonsante). Aqueles significados ainda não considerados em bioética (Ugo Grillo).

III. *Aspectos antropológicos*. Linhas antropológicas por uma bioética personalista (Attilio Danese). Por uma antropologia não euclidiana: desmascaramento e naufrágio da razão (Michele Bracco). A pessoa: história de um conceito (Giovanni Lauriola). Linhas de antropologia personalista (Michele Indelicato). O retorno da pessoa na cultura contemporânea (Osvaldo Rossi). Filosofia da corporeidade e ética: aspectos histórico-teóricos (Miranda Corbascio). Idéias do corpo na psicologia contemporânea (Maria Sinatra). Maternidade e bioética (Giulia Paola Di Nicola). Por uma filosofia da medicina: a medicina da pessoa (Pietro Addante).

IV. *Aspectos éticos, jurídicos e deontológicos*. Os princípios da ética biomédica (Paolo Cattorini). Bioética e ética da responsabilidade (Carlo De Nitti). Bioética e lógica deontica: uma integração possível (Stefano D'Angela). Ética e Ignorância (Luisa Verdoscia). Bioética e direitos humanos (Rossella Contento). Bioética e direitos da infância (Eugenia Vernole). Princípios de deontologia médica (Nicola Silvestri). O problema da definição da profissionalização do psicoterapeuta (Stefano D'Angela). A promoção da saúde: aspectos sócio-educativos (Angela Mongelli).

V. *Problemas de bioética*. Identidade pessoal e estatuto do embrião: a reflexão de Xavier Zubiri (Armando Savignano). "Direitos dos animais" e bioética (Luisella Battaglia). A fecundação humana assistida (Filippo Maria Boscia - Lorenza Leuzzi). Vitimologia e

bioética: abordagem vitimológica ao problema do aborto (Armando Saponaro). A problemática bioética correlata à engenharia genética (Antonio M. C. Monopoli). Problemas éticos da experimentação clínica com seres humanos (Carmini Carriero). A experimentação farmacológica (Nicola Silvestri). Ética dos transplantes (Nicola Simonetti). O sentido da vida e da morte no pensamento contemporâneo. Reflexões filosóficas sobre a eutanásia (Giuseppe Normanno). Problemas médicos e éticos na reanimação e terapia intensiva (Antonio Brienza). Bioética e psicoterapias (Maria Sinatra). Problemas de bioética em oncologia (Carmine Carriero). Bioética e cirurgia estética (Alfredo Musajo Somma). Radioproteção e bioética (Antonio De Serio). A AIDS e a ética da responsabilidade (Maria Antonietta Di Pietro). Aspectos éticos no tratamento dos problemas correlacionados com o álcool (Vincenzo De Filippis). Ética do esporte (Luisa Verdoscia). Bioética e reabilitação dos sujeitos portadores de handicap (Annamaria Cianti). Bioética, natureza, ambiente: uma abordagem à ética ambiental (Antonio M. C. Monopoli).

Alino Lorenzon

MUCHEMBLED, R., *Société, Cultures et mentalités dans la France Moderne*, Paris: Armand Colin, 1994, 187 pp.

Autor de vasta obra sobre a França do Ancien Régime, Robert Muchembled privilegia em seus livros a análise da cultura popular. Entre seus trabalhos mais consagrados estão *L'Invention de l'homme moderne. Sensibilités, mœurs et comportements collectifs sous l'Ancien Régime* (Paris, Fayard, 1988) e *Le temps*

*de supplices. De l'obéissance sous les rois absolus, XVe-XVIIIe siècles.* (Paris, Armand Colin, 1992).

A presente obra integra a coleção *Cursus* da Armand Colin, uma série de manuais voltados para atender ao público dos cursos de graduação em História. *Société, cultures et mentalités dans la France Moderne* é sem dúvida um manual universitário, no sentido tradicional da expressão: percorre um amplo período da história francesa abordando inúmeros temas com a clara intenção de oferecer ao leitor iniciante uma visão global, uma perspectiva de conjunto sobre os três séculos franceses da modernidade, o que se convencionou chamar de Antigo Regime.

Manual sem dúvida, mas excelente manual. Pedagogicamente falando, o projeto da coleção *Cursus* é muitas vezes superior à série de quatro volumes da Presses Universitaires de France, publicada entre nós pela DIFEL, e que vão da Antiguidade à Época Contemporânea. Certamente trata-se de bons livros que, aliás, cumprem a função meritória de oferecer uma síntese razoável de cada uma das quatro grandes épocas da história, mas incorrendo na inconveniência da desarticulação do conjunto temático, o que é até compreensível em textos que pretendem abordar amplos conjuntos de civilização ao longo de milênios de história.

O livro de Muchembled não apresenta somente os traços de um projeto editorial moderno, mais condizente com a crescente tendência da especialização acadêmica e da moda dos cursos temáticos. A obra é moderna sobretudo na forma de seleção e abordagem dos temas. Capítulos mais que clássicos da história da França Moderna, como o absolutismo monárquico por exemplo, têm tratamento garantido, mas abordados sob a ótica da dinâmica cultural do Antigo Regime. Nada da ênfase monótona sobre o caráter de classe da monarquia, de se saber se a monarquia

teria sido feudal, burguesa ou de transição, quando já se concluiu há décadas que ela foi um amálgama disso tudo. Pelo olhar da antropologia política, seu interesse a respeito recai sobre a lógica cultural desse sistema político, sobre o nascimento e a expansão dos novos métodos da justiça moderna, sobre o novo *ethos* da sociedade de corte, na perspectiva consagrada por Norbert Elias como a "*civilização dos costumes*".

Civilização dos costumes principalmente quando se trata de desvendar ao leitor os traços característicos e muito originais de uma França Moderna absolutamente plural, que apresenta diferenças regionais espetaculares no que tange às atividades coletivas diante do amor, da sexualidade, da infância, da higiene, da morte, da fome, da violência, da concepção mágica do universo e, '*last but not the least*', dos laços de sociabilidade camponesa. Toda essa riqueza temática, é claro, acompanhada por interessante e reveladora documentação. Robert Muchembled demonstra, pelo confronto de variações regionais das culturas camponesas, as várias identidades da França na época dos reis absolutos: sociedades paralisadas pela força da tradição, mas nem por isso completamente estagnadas.

O autor revela um reino de população maciçamente rural: quatro entre cinco franceses do Ancien Régime vivem em aldeias camponesas. Desses núcleos rurais resulta uma cultura regionalista introvertida, profundamente xenófoba, arraigada a seu pequeno território que raramente excede ao raio de meia dúzia de quilômetros. Muchembled vai na trilha de Norbert Elias, revelando como esses "*milhares de pequenos mundos*", característicos das civilizações agrárias da Época Moderna, optam conscientemente por se desconhecerem e se odiarem mutuamente. De fato, verifica-se o que se poderia definir como um estranho fenômeno de "*solidariedade ativa*" contra o estrangei-

ro. As comunidades camponesas aprendem a ser diferentes entre si exprimindo muitas vezes pela violência ou indiferença, a especificidade de seu mundo fechado.

Para Muchembled, a França dos séculos XVI ao XVIII é um "gigante demográfico" entre os demais reinos da Europa. A precariedade de uma série de recursos, energéticos, alimentares e sobretudo médicos, associados à expansão demográfica do período, leva aos chamados tempos difíceis do Antigo Regime: *"vir ao mundo é difícil. Permanecer nele mais ainda; uma simples gravidez é ameaça séria de óbito da mãe ou da criança. A família constitui o primeiro quadro indispensável dessa cultura camponesa fortemente marcada pela fome, medos e violência"*. Robert Muchembled reflete que num país de elevadas taxas de mortalidade infantil, a indiferença social diante da infância não significa exatamente ausência de sensibilidade, como acentuado por alguns historiadores da família no Ocidente. Significa, antes, uma espécie de *"estratagema coletivo"* desenvolvido inconscientemente para suportar a morte freqüente dos recém-nascidos. Como se refere o autor, na França Moderna são necessários dois filhos para se produzir um adulto: *"reflexos mentais e conformismos coletivos permitem desse modo suportar o melhor possível esta tragédia incontestável constituída pela hecatombe dos inocentes. Para evitar o anacronismo, importa então não exagerar a insensibilidade das pessoas do Antigo Regime"*. Isto significa que, se nos países do primeiro mundo de hoje a morte de uma criança é normalmente encarada como um verdadeiro escândalo, isso não ocorria naquele tempo. Como diz o autor, *"o dobre de finados soa com freqüência até nas menores aldeias"*. A morte é uma companheira muito íntima das sociedades do Antigo Regime. Se homens como Luís XIV e Voltaire tiveram vida longa, isso foi

certamente uma exceção até nos meios mais abastados. Para ilustrar a saúde precária dos homens do Antigo Regime, basta citar a perplexidade de Voltaire que, achando estar sempre às portas da morte, não entendia porque vivia tanto: morreu aos 84 anos. A expectativa de vida média é muito curta, o que levou a considerar à época, numa sociedade ordenada por uma concepção transcendente do mundo, que o ciclo do destino humano era comparável à existência de Cristo, ou seja, trinta e três anos. Ao contrário de nosso mundo contemporâneo, os homens aprendem a sofrer e a morrer com resignação. Diante da ubiqüidade da morte, sempre à espreita, ela só é temida quando de natureza violenta, ceifando a vida sem a preparação prévia da agonia que enseja ao cristão repensar os desvios da existência para alcançar a paz da consciência. Em caso de morte violenta em duelos, a estratégia do moribundo é compensar a falta da extrema-unção pelo perdão incondicional do agressor. É a lógica própria de um outro tempo, aliás muito conseqüente.

Outro aspecto relevante da obra é o estudo de elementos do imaginário camponês, no que diz respeito a certas realidades cotidianas. O autor observa a concepção mágica do mundo predominante nas aldeias camponesas. As calamidades que levam a fomes, e por extensão a epidemias, são encaradas como fenômenos naturais, ou seja, *"inscritos no plano divino da organização do universo"*. Desconhecendo os princípios mais elementares de higiene, a sabedoria camponesa concebe a doença como uma agressão oriunda do mundo exterior, sem qualquer relação com o lixo freqüentemente depositado a poucos metros da porta de entrada de casa, onde são lançadas, inclusive, as matérias fecais de seus moradores. Isso sem falar do convívio freqüente de animais dentro de casa, onde lançam seus dejetos. Muchembled lembra o caso de

vacas, "animal precioso" porque muitas vezes constitui-se no único bem familiar, dormindo sob o teto da família camponesa, separada apenas por um tabique, ou às vezes nem isso.

A ampla abordagem das formas de sociabilidade camponesa em sociedades que desconhecem escolas, nas quais os valores culturais são repassados exclusivamente pelos elos de solidariedade grupal, é talvez o aspecto mais relevante do livro, ao qual o autor dedica maior espaço. Robert Muchembled acentua que num mundo em que a casa, a família e a aldeia são os pontos de partida e de chegada da formação do homem, disso resulta a necessidade absoluta de integração do indivíduo à comunidade. Nesses meios rurais os casos de elementos não integrados ao complexo cultural aldeão foram raríssimos: *"Na aldeia sob o Antigo Regime, o homem não pode existir só, sob pena de se colocar, ou de estar, totalmente à margem do grupo... Do batismo à morte, cada um vive sob o olhar de todos, assimilando sem se aperceber disso os valores coletivos no decorrer dos numerosos contatos com os outros"*. Nas comunidades camponesas, quase tudo se passa em público, em locais reconhecidos como de sociabilidade: tavernas, igrejas, moinhos, praças, cemitérios, etc. A preponderância da vida pública sobre a privada acaba por reforçar os laços de solidariedade comunal.

A sociabilidade camponesa, entendida como as relações cruzadas entre todos os elementos de um mesmo grupo social, atua como elemento canalizador de inúmeros impulsos de violência, que poderiam desestabilizar internamente esses núcleos fechados sobre si mesmos. Mas mesmo se constituindo em espaços sociais restritos e limitados, as comunidades aldeãs não se constituem pura e simplesmente num magma pronto para entrar em ebulição. Isto porque a comunidade camponesa obedece a códigos sociais rigorosos, ainda que

estes sejam, até o século XVIII, muito diferentes daquele comportamento que instâncias exteriores como a Igreja e o Estado monárquico tencionavam implantar muitas vezes pela força e pelo pânico da caça às bruxas. De fato, a violência entre particulares ao longo de boa parte do Antigo Regime ainda escapa ao controle e à punição dos núcleos centrais do poder. Os combates com mortes são socialmente tolerados porque abrem um espaço temporário de marginalização do jovem implicado, o que retarda em alguns anos a substituição das gerações hegemônicas nas aldeias. Esta banalização calculada da brutalidade por parte dos homens adultos evita em parte o desabrochamento de instintos verdadeiramente destrutivos. A violência é aceita como compensação das frustrações que o jovem deve aceitar até o casamento, época em que se atinge os direitos plenos. Em fins do século XVII, Luís XIV será uma espécie de primeiro paladino da justiça ao desenvolver mecanismos mais eficazes de punição, e a aplicar mais ativamente a força coercitiva do aparato governamental. É bom lembrar que as garras do poder civil foram assessoradas pela ofensiva eclesiástica nas províncias nesse mesmo período.

Com efeito, ao longo do Antigo Regime, as vinganças privadas são um traço marcante das relações humanas. Até no espaço interno das igrejas assiste-se a duelos mortais, o que exige um trabalho constante de reconsagração do local pelos bispos. Nas igrejas, entra-se até mesmo a cavalo. O autor considera que há uma menor sensibilidade do homem do século XVII em diferenciar o sagrado do profano. Somente com os esforços continuados da Igreja, através de uma educação vigilante e de uma série de interditos contra as profanações do espírito bárbaro, é que se modificam certos comportamentos coletivos, como o fato de se promover festas e danças nos cemitérios.

Mas a violência não coloca em questão os fundamentos da vida comunitária; isto se deve ao fato de que há convenções sociais que coíbem a liberdade total dos instintos individuais, sempre vigiados atentamente por inúmeras testemunhas. Com efeito, quase todas as cenas da vida cotidiana se passam em espaços públicos, em locais de sociabilidade comunitária. Nesses ambientes, a traição é amplamente condenada, pesando muito a honra familiar e pessoal. Além disso, há também as convenções que constroem a todos a uma polidez obrigada, levando cada indivíduo a suportar nas tabernas, ou qualquer outro espaço público, a presença de um rival ou inimigo. Como diz Muchembled, *"a taberna é o teatro do mundo onde melhor se aprende a viver em grupo"*. Assim, beber à saúde de todos em um copo comum é aceitar a convenção de que todos estão em paz. Nas tabernas das comunidades camponesas do século XVII, recusar o cachimbo fumado em roda é uma afronta e uma ruptura declarada para com a solidariedade do grupo.

O autor ressalta também o papel da mulher como elemento-chave na conservação e transmissão do patrimônio da tradição popular. Isto porque são elas que detêm o monopólio local das curas, dos partos, da educação das crianças, chegando ao ponto de desenvolverem uma linguagem ritual cifrada. Constituindo as mulheres uma espécie de retaguarda da cultura camponesa, elas são motivo de freqüente inquietude para a hierarquia eclesiástica, pelas dificuldades encontradas em controlar certas práticas rituais que muitas vezes escapam completamente ao entendimento dos homens da Igreja: *"As mulheres transmitem de geração em geração uma cultura popular freqüentemente diferente da ortodoxia"* do século XVII. Diante da impossibilidade de conter o fluxo dessas tradições centenárias, a Igreja tentou o controle da sociabilidade

de camponesa através de mecanismos diversos como o terror das fogueiras e a culpabilização de inúmeras práticas sociais, como a interdição das tabernas para mulheres e crianças, o exercício de curas, mas sem alcançar um efetivo controle porque *"a coesão da aldeia do Antigo Regime repousa sobre mecanismos de sociabilidade encarregados de se reproduzirem identicamente, de geração em geração, graças à encenação imutável dos papéis sociais"*. A partir do século XVII, até o casamento deixou de ser um assunto da alçada exclusiva das comunidades camponesas. O Estado e a Igreja encontraram no matrimônio um mecanismo para moralizar e enquadrar as populações camponesas tidas como indisciplinadas e supersticiosas. Foi mais um elemento de controle social para abrir espaço para a tutela do príncipe e do padre sobre as províncias. Como diz Muchembled, *"trata-se claramente de tentar controlar o cristão do berço ao túmulo"*.

Muito haveria ainda para extrair desse belo livro de Robert Muchembled sobre o Antigo Regime, que o autor considera como *"o laboratório da modernidade"*, da nossa modernidade do século XX. Entretanto, o espaço de uma simples resenha não pode ser transformado em artigo. Desse modo, é preciso considerar por último que o livro é de leitura agradável, principalmente pela variedade dos temas relacionados à história da cultura popular. Os capítulos são equilibrados e o volume do texto não chega a assustar. Sua grande vantagem: considerando certas carências de nossos estudantes de graduação, o livro se encontra ainda à espera de seu tradutor.

Marcos Antônio Lopes.

BIZIERE, J.-M. — SOLÉ, J., *Dictionnaire des biographies. La France moderne*, vol. 3, Paris: Colin, 1993, 262 pp.

Concebido num espírito de praticidade acadêmica, e conveniência editorial, o trabalho de Jean-Maurice Biziére e Jacques Solé tem como objetivo precípua preencher o vazio bibliográfico existente em torno de obras condensadas que reúnam o tradicional catálogo das grandes individualidades. Como referem os autores: "foi observando, ano após ano, os estudantes que se engajavam nos estudos superiores sem possuir os elementos de uma cultura histórica de base, experimentar as piores dificuldades para adquirir um nível de conhecimentos satisfatórios, que a idéia desta coleção de dicionários se impôs"; sem cair na exposição estéril de datas e eventos, tampouco na alta especialização das biografias específicas ou mesmo na aridez das antigas e grossas enciclopédias, o *Dictionnaire* desses dois professores da Université de Grenoble é um convite sedutor à história cultural da França na Idade Clássica e Époça da Ilustração.

Produzida dentro de um amplo projeto, programado para seis tomos, que cobre a história da civilização desde a Antigüidade ao século XX, o número 3 é bem equilibrado tanto na linguagem quanto no volume do texto. Os autores oferecem o essencial sobre cada personalidade, abordada com o esforço, aliás bem sucedido, de inseri-la em seu contexto cultural. No caso específico dos grandes escritores e dos autores menores, são desenvolvidas pequenas sínteses de suas obras, à maneira de um "quem é quem" na França Moderna. A boa impressão que se tem é que as biografias apresentadas pertenceram a um contexto específico, a uma época marcada por traços que a individuali-

zam em relação a outras, constituindo-se na história de homens que viveram e atuaram em seu próprio tempo. Em outras palavras, cada verbete é sintomático de uma história viva e pulsante, fugindo completamente ao esquema meramente cronológico dos dicionários tradicionais. Além disso, a obra reúne elementos que pertencem a várias esferas da atividade humana. No domínio da história cultural, por exemplo, é possível se deparar com um Duque de Saint-Simon, figura de enorme expressão na sociedade de corte de fins do século XVII, mas praticamente desconhecida pelos manuais de História Moderna. Nota-se, contudo, pelo menos uma grande ausência: a do moralista Jean de La Bruyère, uma das maiores pérolas da literatura francesa, autor de *Les caractères ou les mœurs de ce siècle*, uma ampla coleção de retratos da vida de corte que, explorando preferencialmente os ângulos grotescos dos costumes da corte de Luís XIV, revela aspectos importantes do *ethos* desse meio social.

Certamente que o texto peca bastante por um certo virtuosismo de síntese, que em alguns casos chega ao ponto de uma brevidade quase telegráfica. Entretanto, oferece farto material para a aquisição de uma vasta cultura e para a formação de um quadro histórico habitado por homens de carne e osso, afastando-se do vício historiográfico ainda muito celebrado pelos manuais de História Moderna, o das amplas análises estruturais, que percorrem três séculos inteiros de história, mas deixando nas sombras contextos históricos específicos e realidades regionais importantes. Dessa forma, o *Dictionnaire* de Biziére e Solé constitui-se numa espécie de "corretivo" contra certas tiranias da *longue durée*.

Marcos Antônio Lopes